

ENTREVISTA

O antropólogo da FUNAI, Antônio Carlos Magalhães, responsável pela transferência dos Parakanã da área a ser inundada pela Hidrelétrica de Tucuruí, em entrevista ao nosso correspondente L.P. Serva, redigida por J. Barroncas, denunciou a Eletronorte pela não liberação da indenização aos índios e acusou o sertanista da FUNAI, João Carvalho, pela "destruição quase total dos Parakanã".

A.C. Magalhães discorre ainda sobre a frente de atração, a falta de

verbas, os prejuízos causados pela serraria da FUNAI e informou que a futura área dos Parakanã já foi eleita, mas que é necessário retirar daí os posseiros e reassentá-los em outra zona, bem como preparar novos roçados e construir novas aldeias como pré-condição necessária para levar os Parakanã para a terra prometida. O problema maior no entanto é a escassez de verbas que impede até mesmo verificar se existem índios não-contatados na área a ser inundada.

# ELETRONORTE E FUNAI DÃO "TRAMBIQUE" NOS PARAKANÃ

Já está definido o ano do dilúvio para os índios Parakanã: 1983. Quando entrar em funcionamento a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, duas reservas indígenas, Pucuruí e Parakanã serão inundadas com o represamento da água do rio Tucuruí. São mais de 150 índios que sem direito algum, verão suas casas e plantações afundado conforme o volume de água for crescendo.

Este destino de um povo, cujo o direito é desrespeitado. De mais de mil índios que viviam livres, vagando pelo seu habitat em 1954, hoje só restam um pouco mais de uma centena. Desde esse primeiro contato que os Parakanã vem sofrendo afrontas à sua organização social e agressão à sua integridade física, conforme o antropólogo A.C. Magalhães.

### O DILÚVIO

Nos fins de 1970, os primeiros contatos com sertanistas e depois com trabalhadores da rodovia Transamazônica motivaram uma série de doenças entre os quais, a sífilis. Inclusive, os próprios funcionários da FUNAI participaram desde crime ainda impune, graças à segunda 2ª DR da FUNAI, que mandou parar a sindicância, queimando documentos, fraudulando fichas médicas, depois que os depoimentos incriminavam os funcionários da FUNAI. Segundo o Dr. Roberto Madeiro, médico de Belém (PA) alteraram as fichas. Antônio Carlos Magalhães, responsabiliza o sertanista João Carvalho, "testa de ferro" da 2ª DR da FUNAI, como "um dos responsáveis pela destruição quase total dos Parakanã".

A Transamazônica, cortou as terras Parakanã e não os consultaram. A barragem de Tucuruí, está sendo construída e os indígenas continuam alheados; ainda não lhes foi comunicado pelo governo. Constroem-se obras e mais obras suntuosas sob a capa do pseudo desenvolvimento nacional e os prejudicados nunca são consultados. Os prejudicados no caso da barragem de Tucuruí, são principalmente os Parakanã.

Antônio Carlos Magalhães informa que "mesmo já avisados da alagação e da transferência, os Parakanã ainda não entendem o porquê deste "rio crescer". Eles imaginam que seja mais uma mentira pregada. Embasados na persuasão de alguns funcionários da FUNAI, que trabalharam no sentido de incutir as idéias de resistência a qualquer transferência - pensavam que a mudança do grupo

implicava no acompanhamento do chefe do posto - permaneciam indiferentes a situação.

### NOVA ÁREA

Tudo isso prejudicou muito, segundo Magalhães, porque ele precisava escolher o local de transferência e iniciar o trabalho de infraestrutura no que diz respeito a posseiros. Para não prejudicar mais, conversou com os índios e estabeleceu a possível área que viverão, áreas que já conhecem, - área histórica de perambulação Parakanã.

"O local escolhido abrange 319 mil ha, ocupando uma área que vai do rio Cajazeiras ao rio Tucuruí. Esta área é representativa da cultura Parakanã que não será inundada e nem atingida pela nova Transamazônica", assegura o antropólogo. São duas aldeias que serão transferidas - Pucuruí e Parakanã. O grupo de Pucuruí vai sofrer a terceira mudança. Para o lugar que hoje ocupam - terceiro acampamento - tiveram que sofrer uma transferência violentíssima, executada pela FUNAI que o fez sem o menor cuidado em relação ao processo de infraestrutura e ao Estatuto do índio, segundo denúncias de A.C. Magalhães. "Foram conduzidos de ônibus pela transamazônica em contato indiscriminado com a população durante seis meses. Na base avançada de Pucuruí, hoje, está o projeto de serraria da FUNAI".

Antes da viagem já haviam sido mortos 11 índios em menos de seis meses, em consequência do contato com a frente sertanista que avançou sem atentar para os cuidados necessários. A frente já estava nove meses no mato, já quase sem alimentos e remédios; ao invés de se recompor no aspecto saúde simplesmente avançou, portando gripe e malária no afã de ganhar o prestígio que a FUNAI confere àqueles que maior número de contatos realizam.

### A TRANSFERÊNCIA

"Quando chegamos na reserva Pucuruí, a alimentação era escassa. Somente com a chegada do nosso grupo, é que se começou o trabalho no roçado" diz A.C. Magalhães e prossegue, esta e outras situações anteriores são motivos de recusa à mudança. Os Parakanã já tinham sido transferidos de Anapú conduzidos de ônibus em péssimas condições, perderam 11 pessoas, foram jogados no meio da população, depois no local que tinham se fixado, não havia alimentação, e agora a ameaça de alagação estourou a vontade de crer".

O desmatamento aleatório, vem trazendo uma série de epidemias de gripes, malária, durante o ano todo. Atualmente os Parakanã estão enfrentando uma incrível epidemia de gripe. O desmatamento é de pequena monta, mas traz desequilíbrio entre o índio e a floresta. Com isto, os mosquitos, o anofelis, tem possibilidade de se aproximar das casas e a malária é transmitida sem maiores barreiras.

Ante uma situação caótica, os índios, segundo Magalhães, já aceitam a transferência, porém, exigem uma condição: sairão depois que a água chegar. "A gente só sai quando a água chegar e cobrir as casas", palavras do índio Tairi, garoto de 14 anos. Índios de compreensão da realidade do grupo face ao contato com o branco. O descrédito ao homem branco é a tônica dos Parakanã. E a descrença, agravou-se mais, depois que faleceu uma índia em Belém (PA), que havia sido transferida e internada acometida de malária. A 2ª DR só veio comunicar depois que já haviam enterrado. Exigiram o transladamento, o que não foi possível. Isso criou um trauma na mentalidade do grupo, enfatiza o antropólogo. Diziam, "como é que você tira uma pessoa do grupo e mata, enterra e nem sequer deixa a gente ver o corpo". Como consequência nasceu uma verdadeira desconfiança a qualquer branco dentro da área. Eles têm amizade, mas não confiam. O fato de quererem ver a água é de muita

importância pois exigem o ato concreto, elucidativo. Para Antônio Carlos Magalhães "é um processo de defesa dentro de sua compreensão. A transferência, quer seja boa ou má, é, em última análise, uma interferência, que não temos direito. Pode haver boas intenções, responsabilidades, o que não significará o melhor para o índio. Para devolver um pouco de confiança e para que compreendam melhor, mandamos construir duas maquetes, com recursos naturais, mostrando o rio Tocantins e seus afluentes. Esta maquete, inclusive, mostrará a nova área eleita que os Parakanã conhecem melhor que todos. Esse trabalho está prejudicado, porque os dois técnicos da ELETRONORTE que estavam trabalhando no projeto não dispõem de muito tempo, por essa razão é preciso contratar um arquiteto de fora. Esse trabalho é como a viga mestra da transferência. Dará todo o embasamento, toda visão, do que vai acontecer. Será um trabalho educacional".

### ÍNDIOS DESCONHECIDOS

A.C. Magalhães suspeita que "nesta área que vai ser inundada existem outros índios, mas isso ninguém pode precisar. Esta suposição não pode ser confirmada ou desmentida por falta de verbas. Nós não temos verbas sequer para pagar as dívidas que nós temos em Tucuruí", diz desconsolado. "Devem indenizar à própria comunidade Parakanã. A frente de averiguação não saiu até hoje - o que estava previsto inicialmente para 11 de junho, depois para 20 de julho - por falta de apoio da Eletronorte".

Ele informa ainda que "além dessa frente de averiguação, outros trabalhos estão abandonadas plantações de bananas, carás e inhames. O roçado para mandioca está tomado pelo mato, o que exigirá nova limpeza. Esse serviço precisa ser recomçado o mais rápido possível. A frente é uma necessidade urgente pela hipótese de alguns Parakanã, que andam perambulando, estarem às margens do rio, ou em contatos com posseiros".

Conforme o antropólogo Magalhães, caso existam, não devem ser contactados por ninguém. Deve ser impedida a entrada de qualquer pessoa. A melhor política indigenista seria a de deixá-los até que pudessem ou quisessem o contato. "Eles poderiam, também, estarem se refazendo de um processo destrutivo cultural. Deve-se evitar erros cometidos por pessoas que não deveriam estar na FUNAI, como é o caso de João Carvalho, um dos principais responsáveis pela destruição quase total dos Parakanã".

Enquanto não se descobre vestígio de novos Parakanã, o grupo do antropólogo Magalhães continua o seu trabalho de orientação e assistência às duas reservas. Está lutando para que haja logo a transferência da reserva Pucuruí de perto da serraria da FUNAI pois ela não traz nenhum benefício ao índio da região.

"Esta serraria só veio trazer problemas", diz Magalhães, "prejudica o sistema ecológico, e os trabalhadores, com suas caças predatórias, vêm causando a extinção de algumas espécies. A serraria deveria ser imediatamente desativada. Se quisessem continuar trabalhando, que o fizessem depois da transferência dos índios, o que ocorrerá em julho de 1980".

A Hidrelétrica de Tucuruí é apenas uma a mais no norte. Temos outras, como Balbina e Altamira, esta, em estudo para definição se serão construídas quatro pequenas usinas ou uma grande, como a de Tucuruí. Balbina atingirá a área dos Waimiri-Atroari; Altamira as áreas Tupi, que são ao todo uns seis ou sete grupos; no sul as hidrelétricas do rio Uruguai, atingirão seis áreas indígenas. (Ver Porantim n° 12).

### PSEUDO-DESENVOLVIMENTO

As hidrelétricas estão em nome e a serviço do sistema capitalista. A única preo-



cupação é manter a máquina econômica sem levar em consideração vidas humanas. A Usina de Tucuruí é bastante discutível, como o foi e é a Transamazônica. Com a alegação de mais de 160 Km de estradas, esta será levada de roldão, como montinho de areia na enxurrada.

O Estatuto do Índio é um desses documentos que são criados para não serem obedecidos. A FUNAI devia estar ao lado do índio, não a serviço do pseudo-desenvolvimento. Deve procurar aplicar as leis assim que haja necessidade. No caso, se é preciso haver transferência, que se faça dentro da forma estabelecida. Que os índios recebam indenização pelos prejuízos.

Segundo A.C. Magalhães, a direção atual, poderia, se está realmente preocupada com os índios, eliminar o artigo vinte, que diz: em nome do desenvolvimento nacional, em último caso as comunidades serão transferidas. Se é preciso transferência, que se mude a barragem e não as comunidades. Se não há possibilidade, que se façam barragens menores, que vão atender as necessidades locais e não os interesses empresariais, na maioria das vezes multinacionais.

"Barragens monstruosas que alagam tudo, matando gente, são um desrespeito aos direitos humanos. Aonde está o direito do índio? Na verdade para se construir uma hidrelétrica deveria se fazer um profundo estudo e só depois de verificado, a última coisa é que seria a assinatura do contrato. Mas que fosse assinado por outros técnicos também e não só pela Eletronorte. Que se abra à discussão pública".

"Essas hidrelétricas foram pensadas desde o governo Juscelino. Pergunta-se, porque construiu-se a Transamazônica? Para que se gastou esse dinheiro? Agora vão construir mais de 160 Km, para desviar da barragem, quem vai pagar? Absurdos como esses acontecem num país onde tudo é feito sem planejamento, sem consulta", finaliza Antônio Carlos Magalhães.

